



PARANÁ

GOVERNO DO ESTADO
Gabinete do Governador

ANEXO PROJETO DE LEI 147/2013

Súmula: Autoriza o Poder Executivo a efetuar a Cessão de Uso do imóvel que especifica, situado no Município de Foz do Iguaçu, à Companhia de Saneamento do Paraná S.A. - SANEPAR.

A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

decretou e eu sanciono a seguinte lei:

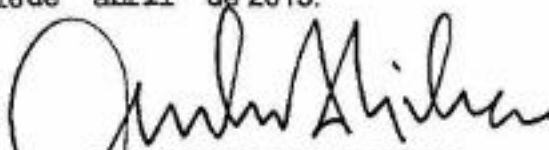
Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a efetuar a Cessão de Uso à Companhia de Saneamento do Paraná S.A. – SANEPAR, de uma área com 1.343,58 m², destinada à instituição da Faixa de Servidão de Passagem de Interceptor de Esgoto, sendo parte do lote sob nº 2.370, situado na Parte Sul do Patrimônio do Quadro Urbano do Município de Foz do Iguaçu, constante na Matrícula nº 67.481, do Cartório de Registro de Imóveis da 1ª Circunscrição da Comarca de Foz do Iguaçu, de propriedade do Estado do Paraná.

Art. 2º O imóvel em questão, que fica gravado com cláusula de inalienabilidade, será usado exclusivamente para a instalação da Rede Coletora de Esgotos Sanitários no Município de Foz do Iguaçu, retornando ao patrimônio do Estado em caso de destinação diversa.

Art. 3º A presente cessão terá vigência de 30 (trinta) anos, podendo ser prorrogada mediante acordo entre as partes.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio do Governo, em 16 de abril de 2013.


CARLOS ALBERTO RICHÁ
Governador do Estado

MENSAGEM

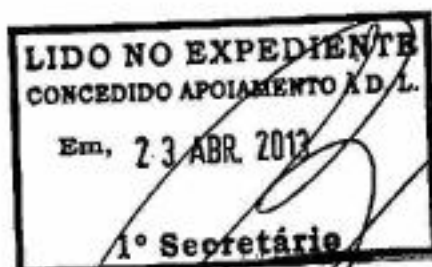
Nº030/2013

Curitiba, 16 de abril de 2013.



PARANÁ

GOVERNO DO ESTADO
Gabinete do Governador



Senhor Presidente,

I - À DAP para leitura no expediente.
II - À DL para providências.
Em, 22/04/2013
Presidente

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para ser apreciado por essa Assembleia Legislativa, Anteprojeto de Lei que objetiva autorizar o Poder Executivo a efetuar a Cessão de Uso à Companhia de Saneamento do Paraná S.A. - SANEPAR, de uma área com 1.343,58 m², destinada à instituição da Faixa de Servidão de Passagem de Interceptor de Esgoto, sendo parte do lote sob nº 2.370, situado na Parte Sul do Patrimônio do Quadro Urbano do Município de Foz do Iguaçu, constante na Matrícula nº 67.481, do Cartório de Registro de Imóveis da 1ª Circunscrição da Comarca de Foz do Iguaçu, de propriedade do Estado do Paraná.

Importante mencionar que, no texto do Anteprojeto de Lei ora proposto, constam dispositivos expressos no sentido de que o imóvel em referência ficará gravado com cláusula de inalienabilidade, que será usado exclusivamente para a instalação da Rede Coletora de Esgotos Sanitários no Município de Foz do Iguaçu, retornando ao patrimônio do Estado em caso de destinação diversa, e que a cessão de uso terá vigência de 30 (trinta) anos, podendo ser prorrogada mediante acordo entre as partes.

Vale mencionar, ainda, que a implantação da referida rede coletora proporcionará melhorias significativas no processo de despoluição ambiental daquela região.

Certo de que a medida merecerá dessa Assembleia Legislativa o necessário apoio e consequente aprovação, reitero a Vossa Excelência meus protestos de apreço e consideração.

CARLOS ALBERTO RICHÁ

Governador do Estado

Excelentíssimo Senhor
Deputado VALDIR ROSSONI
Presidente da Assembleia Legislativa do Estado
N/CAPITAL

AJB/Prot. 11.246.538-3



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Comissão de Constituição e Justiça



PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 147/2013

Projeto de Lei nº 147/2013

Autor: Poder Executivo – Mensagem nº. 30/2013

Súmula: Autoriza o Poder Executivo a efetuar a Cessão de Uso do imóvel que especifica, situado no Município de Foz do Iguaçu, à Companhia de Saneamento do Paraná S.A - SANEPAR

EMENTA: CESSÃO DE USO DE IMÓVEL À COMPANHIA DE SANEAMENTO DO PARANÁ S.A. POSSIBILIDADE. INICIATIVA PRIVATIVA DO PODER EXECUTIVO. ARTIGOS 10 E 65 DA CE. ARTIGO 17 DA LEI 8.666/93. CONSTITUCIONAL. POSSIBILIDADE. LEGITIMIDADE AFERIDA. PARECER PELA APROVAÇÃO.

PREÂMBULO

O presente projeto de lei, de autoria do Poder Executivo, através da Mensagem nº 30/2013, visa efetuar a Cessão de Uso à Companhia de Saneamento do Paraná S.A de uma área de 1.343,58m², destinada à instituição de Faixa de Servidão de Passagem de Interceptor de Esgoto, sendo parte do lote sob nº 2370, situado na Parte Sul do Patrimônio do Quadro Urbano do Município de Foz do Iguaçu, constante na Matrícula nº 67.481, do Cartório de Registro de Imóveis da 1ª Circunscrição da Comarca de Foz do Iguaçu, de propriedade do Estado do Paraná.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Comissão de Constituição e Justiça



FUNDAMENTAÇÃO

De início, compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no artigo 33-Aº, I do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, verificar a constitucionalidade, legalidade, legitimidade do proponente, bem como a técnica legislativa ora utilizada:

Art. 33-A: Cabe à Comissão de Constituição e Justiça:

I – emitir parecer sobre as proposições quanto a sua constitucionalidade, legalidade, juridicidade, adequação regimental e caráter estrutural, em face do que dispõe a Lei Complementar 95, de 26 de fevereiro de 1998 e alterações posteriores.

Ademais, verifica-se que o chefe do Poder Executivo detém a competência necessária para apresentar o Projeto de Lei ora em tela, conforme aduz o artigo 124 do Regimento Interno desta Casa de Leis:

Art. 124 - A iniciativa dos projetos caberá a qualquer membro da Assembleia, ao Governador, dos Tribunais e ao Ministério Público, que poderão solicitar o seu arquivamento ou a sua restituição, em qualquer fase de sua tramitação. (Grifo nosso)

Parágrafo único. Todos os projetos, ressalvada a competência exclusiva do Governador, dos Tribunais e do Ministério Público, terão origem na Assembleia, sob a iniciativa de qualquer Deputado ou Comissão.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Comissão de Constituição e Justiça



Corrobora deste entendimento, a Constituição do Estado do Paraná, observe-se:

Art. 65 - A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da Assembleia Legislativa, ao Governador do Estado, ao Presidente do Tribunal de Justiça, ao Procurador-Geral de Justiça e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição.

Ressalte-se que o projeto de lei está ainda em conformidade com o que estabelece o artigo 10 da Constituição Estadual:

Art. 10. Os bens imóveis do Estado não podem ser objeto de doação ou de utilização gratuita, salvo, e mediante lei, se o beneficiário for pessoa jurídica de direito público interno, órgão ou fundação de sua administração indireta ou entidade de assistência social sem fins lucrativos, declarada de utilidade pública, ou para fins de assentamentos de caráter social.

Ademais o Art. 17, I, "b" da lei n. 8.666/93, preceitua:

Art. 17. A alienação de bens da Administração Pública, subordinada à existência de interesse público devidamente justificado, será precedida de avaliação e obedecerá às seguintes normas:

§ 2º A Administração também poderá conceder título de propriedade ou de direito real de uso de imóveis, dispensada



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Comissão de Constituição e Justiça



licitação, quando o uso destinar-se: (Redação dada pela Lei nº 11.196, de 2005)

I - a outro órgão ou entidade da Administração Pública, qualquer que seja a localização do imóvel

Vislumbra-se, portanto, que o Chefe do Poder Executivo detém a competência necessária para propor o Projeto de Lei ora em tela.

Ademais, verifica-se a presente da cláusula de inalienabilidade, possibilitando o retorno do mesmo ao patrimônio do Estado em caso de destinação diversa, conforme § 1º da referida Lei:

§ 1º Os imóveis doados com base na alínea "b" do inciso I deste artigo, cessadas as razões que justificaram a sua doação, reverterão ao patrimônio da pessoa jurídica doadora, vedada a sua alienação pelo beneficiário.

Por fim, no que tange às normas de elaboração normativa, previstas na Lei Complementar 95/98, o presente projeto encontra-se revestido de legalidade.

CONCLUSÃO



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Comissão de Constituição e Justiça



Diante do exposto, pela **APROVAÇÃO** do presente Projeto de Lei, em virtude de sua **CONSTITUCIONALIDADE** e **LEGALIDADE**, por estarem presentes todos os requisitos Constitucionais, legais e de técnica legislativa.

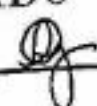
Sala das Comissões, 30 de abril de 2013.


DEPUTADO NELSON JUSTUS
PRESIDENTE


DEPUTADO EDSON PRACZYK
RELATOR





APROVADO
30.04.13 



PARECER AO PROJETO DE LEI Nº147/2013

Projeto de Lei nº 147/2013

Autor: Poder Executivo – Mensagem nº 030/2013

Súmula: Autoriza o Poder-Executivo a efetuar a doação do imóvel que especifica, situado no Município de Foz do Iguaçu, à Companhia de Saneamento do Paraná S.A. – Sanepar.

I – PREÂMBULO

O presente Projeto de Lei 147/2013, de autoria do Poder Executivo, através da mensagem 030/2013, objetiva efetuar a cessão de uso de imóvel localizado no Município de Foz do Iguaçu, com área de 1.343,58 m², à Companhia de Saneamento do Paraná S.A. – Sanepar para uso exclusivo de melhorias na Rede Coletora de Esgotos da Região.

II - RELATÓRIO

Em conformidade com o art. 33-F, c/c com os arts. 42 e 50, II, do Regimento Interno desta Casa de Leis, fui designado relator da matéria tratada no Projeto de Lei nº 147/2013, na qual passo a relatar:

No que tange a matéria apresentada, passo a analisar o seu mérito voltado ao interesse público meramente justificado, já que o projeto objetiva beneficiar o município de Foz do Iguaçu no Estado do Paraná, com a doação de um imóvel destinado exclusivamente para a instalação da Rede Coletora de esgotos Sanitários no Município. A área acima descrita será utilizada especificamente pela Sanepar para melhorias no processo de despoluição ambiental em Foz do Iguaçu, ficando claro que este será um benefício notório e de atração ao fortalecimento regional, sem que para isso haja interrupção ou limitação de qualquer ação que já venha sendo executada.

Cumprindo a nós destacar que “Compete à Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicação, manifestar-se sobre as proposições relativas a obras públicas, seu



ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicação

Presidente: Deputado Francisco Buhner; Vice-Presidente: Deputado Adelino Ribeiro
Deputado Elton Welter; Deputado Jonas Guimarães;
Deputado Pastor Edson Praczyk; Deputado Teruo Kato; Deputado Tercílio Turini.



gozo, interrupção e alteração de empreendimentos públicos", nos termos do disposto no Art. 33 F, § 7º do Regimento Interno desta Casa de Leis.

Ao analisarmos o mérito da matéria em questão, destacamos a importância desta proposição. O Projeto de Lei 147/2013 em análise nesta Comissão, no que justifica-se, apresenta um mérito indiscutível em seu peso, evidenciada pelo Poder Executivo através da Mensagem 030/2013 que vem de encontro ao interesse e a necessidade comum meramente justificada, conforme cita a Lei Estadual 15.608/07 no que diz respeito à alienação de bens da Administração Pública Estadual:

Art. 6º A alienação de bens da Administração Pública Estadual subordina-se à:

I Existência de interesse público devidamente justificado; (...)

(Artigos 6º e 8º da Lei Estadual nº 15.608/07)

Lembrando que este imóvel poderá retornar ao patrimônio do Estado em caso de destinação diversa, ficando claro que sua destinação será de uso exclusivo ao bem comum de forma específica e devidamente justificada.

III – CONCLUSÕES

Baseando-se no artigo 12º da Constituição Estadual, no que se refere à Competência do Estado, concluo relevando o Parágrafo único neste embasamento, no que cita a relação do Estado com os Municípios em razão ao bem comum: "A cooperação entre o Estado, a União e os Municípios será definida em lei complementar e visará ao equilíbrio do desenvolvimento e do bem estar no âmbito estadual e municipal". (Art. 12º, Parágrafo Único; Seção II da Competência do Estado - Constituição do Estado do Paraná).

A Carta magna dispõe em conjunto com a Constituição do Estado do Paraná ao tratar sua competência de forma a trabalhar claramente os direitos humanos e a busca de mecanismos que beneficiem a população. Desta forma, o Projeto de Lei 147/2013, no que justifica-se, evidencia de forma clara o mérito proposto, restando grandes benefícios em sua composição para ser aprovado por esta Comissão.



ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicação

Presidente: Deputado Francisco Bührer; Vice-Presidente: Deputado Adelino Ribeiro
Deputado Elton Welter; Deputado Jonas Guimarães;
Deputado Pastor Edson Praczyk; Deputado Teruo Kato; Deputado Tercílio Turini.



IV – VOTO DO RELATOR

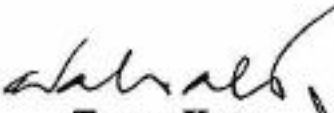
Diante das exposições realizadas neste parecer e pelos benefícios ora relacionados à matéria, não vislumbra-se qualquer impedimento no que se refere aos aspectos legais e constitucionais analisados pela CCJ, nem mesmo quanto ao mérito honroso desta matéria em análise por esta Comissão, ficando evidente que tal proposição encontra fortes respaldos para ser aprovado em razão de seus benefícios ao Município de Foz do Iguaçu, merecendo de forma indiscutível total apoio desta Comissão.

Sendo o posto e em virtude da manifestação positiva em seu mérito analisado, esta Comissão opta pelo **Parecer Favorável** ao referido Projeto de Lei 147/2013, em sua forma apresentada.

*Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicação.
Sala das Comissões em 06 de maio de 2013.*


FRANCISCO BUHRER

Presidente da Comissão


Teruo Kato

Relator